

de compras da M5, detentora da marca M.Officer, Rosicler Fernandes Gomes, que após proferir os termos de compromisso do depoente, informou que a empresa contestou na Justiça o dever de pagar, por que os trabalhadores eram contratados de uma empresa terceirizada. Segundo a procuradora do trabalho, Tatiana Leal Bivar Simonetti este, é um caso único, afirmando que entre as marcas denunciadas, é a única que se recusa a firmar um Termo de Ajustamento de Conduta e de quitar as verbas rescisórias, por isso o caso tem de ser judicializado, diferentemente do que ocorre com as demais empresas já ouvidas pela CPI do Trabalho Escravo, como a Zara e Marisa Foi esclarecido pela procuradora Tatiana que a M.Officer não é loja, tem registro de confecção. Questionada sobre quais atividades de confecção são exercidas, Rosicler esclareceu que a M.Officer não desenha as roupas nem as fabrica, afirmou que elas são todas idealizadas e fornecidas por empresas independentes e que não teriam permissão para repassar o trabalho a terceiros. Os parlamentares questionaram o fato de a Empório Uffizzi, empresa envolvida no caso mais recente, ter sido contratada para costurar 2.080 peças em 3 meses tendo apenas 3 costureiros no quadro de funcionários. A diretora da M.Officer alegou que jamais havia visitado a empresa e não tinha conhecimento do quadro de funcionários. A M5 tem estilistas e costureiras em seu quadro de funcionários, todos eles com direitos trabalhistas, segundo o Ministério do Trabalho. Mas, de acordo com Rosicler, eles só atuam na marca Carlos Miele. Todas as peças da marca M.Officer são inteiramente idealizadas e entregues prontas por terceiros. A diretora de compras da empresa não soube afirmar qual a vantagem financeira em comprar produção de outras empresas em vez de as confeccionar, mas afirmou que existem e se disse disposta a entregar a informações precisas à CPI. Os parlamentares apelaram à empresa para que pague as verbas rescisórias dos trabalhadores libertos de condição análoga à de escravo. Rosicler informou que não tem poder de decisão sobre o assunto, mas iria repassar o pedido ao presidente da empresa, Carlos Miele. O presidente da CPI e os deputados presentes questionaram os representantes das empresas e pediram esclarecimentos quanto aos procedimentos de contratação das empresas terceirizadas. Para o presidente da CPI, Deputado Carlos Bezerra jr, as empresas flagradas explorando trabalho escravo sempre responsabilizam as empresas sub-contratadas, mas não tomam nenhuma atitude contra elas, apenas contra a fiscalização.Também participou da audiência Cláudia Regina Lovato Franco, Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho em São Paulo - 2ª Região. Após as considerações finais e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia, e a correspondente transcrição, tão logo concluída, integrará esta ata, para todos os fins regimentais, sendo lavrada por mim, Leda Roxana Valverde Barbato, Analista Legislativo, que a assino após o Senhor Presidente. Aprovada em reunião de 6 de agosto de 2014.

- a) Deputado Carlos Bezerra Júnior - Presidente
- a) Leda Roxana Valverde Barbato - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE APURAR A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO EM ATIVIDADES ECONÔMICAS DE CARÁTER URBANO E RURAL, NO ÂMBITO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO Nº 15, DE 2014, COM A FINALIDADE DE APURAR A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO EM ATIVIDADES ECONÔMICAS DE CARÁTER URBANO E RURAL, NO ÂMBITO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Aos seis dias mês de agosto de dois mil e quatorze, às onze horas, no Plenário José Bonifácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Oitava Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) constituída pelo Ato nº 15, de 2014, com a finalidade de apurar a exploração do trabalho análogo ao de escravo em atividades econômicas de caráter urbano e rural, no âmbito do Estado de São Paulo, convocada nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno. Presentes os Senhores Deputados Chico Sardelli, Marco Aurélio, Alex Manente e Carlos Bezerra Jr. (membros efetivos) e o Senhor Deputado Orlando Bolçone (substituto eventual). A reunião foi convocada com a finalidade de: (1) proceder à oitiva do Senhor Fernando Valente Pimentel, Superintendente da ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção, para discutir sobre o setor têxtil e encaminhamento de possíveis sugestões voltadas ao tema da CPI; (2) colher o depoimento da Senhora Eunice Cabral, Presidenta do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, com o objetivo de prestar informações à CPI sobre a realidade do setor têxtil e de confecções no que se refere à contratação de mão-de-obra em condições análogas ao trabalho escravo; (3) colher o depoimento do Senhor Ricardo Patah, Presidente do Sindicato dos Comercários de São Paulo, com o objetivo de prestar esclarecimentos à CPI sobre a realidade do setor têxtil e de confecções no que se refere à contratação de mão-de-obra em condições análogas ao trabalho escravo e eventuais ações realizadas pelo Sindivestuarío; (4) colher o depoimento do Senhor Ronald Moris Masjah, Presidente do Sindivestuarío, com o objetivo de prestar esclarecimentos à CPI sobre a realidade do setor têxtil e de confecções no que se refere à contratação de mão-de-obra em condições análogas ao trabalho escravo; (5) colher o depoimento do Senhor José Luiz da Cunha, Presidente da ABVTEX - Associação Brasileira de Varejo Têxtil, com o objetivo de prestar esclarecimentos à CPI sobre a realidade do setor têxtil e de confecções no que se refere à contratação de mão-de-obra em condições análogas ao trabalho escravo e eventuais ações realizadas pela ABVTEX. Tomaram assento à mesa ao lado do Presidente da CPI: (1) Senhor Josimar Andrade de Assis, representante do Sr. Ricardo Patah; (2) Senhor Fernando Valente Pimentel, representante da ABIT; (3) Senhora Maria Susicleia Assis, representante do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco; (4) José Luis da Silva Cunha, ex-diretor executivo da ABVTEX. O Senhor Josimar Andrade de Assis leu o termo de embasamento legal e forneceu detalhes sobre seu histórico profissional. O Senhor Deputado Carlos Bezerra Jr. questionou, dentre outros aspectos, quais são as consequências à categoria dos comerciários em face dos protestos contra o uso de mão-de-obra análoga ao do escravo e se os comerciários têm consciência do problema em discussão. O Senhor Josimar Andrade de Assis informou que há um impacto negativo sobre os comerciários e que os trabalhadores comerciários não têm a consciência da possibilidade do uso de trabalho análogo ao de escravo nos produtos comercializados. Foi questionado também qual seria a orientação fornecida aos associados que trabalham em empresas que tiveram seu nome associado a denúncias de envolvimento com trabalho análogo ao de escravo. O Senhor Josimar Andrade de Assis informou que as orientações sobre as denúncias são fornecidas por meio de jornal e do site. Com relação ao uso de trabalho em condições análogas ao do escravo, foi mencionado que o comportamento adotado na linha produtiva também pode se reproduzir dentro das lojas. Foi determinado o envio de um ofício ao Senhor Josimar Andrade de Assis para que se esclarecesse se a M5 em algum período

teve costureiros contratados diretamente. O Senhor Fernando Valente Pimentel forneceu detalhes sobre seu histórico profissional. O Senhor Deputado Carlos Bezerra Jr. discorreu sobre a progressiva substituição de produtos produzidos no Brasil por importações e questionou qual é a balança comercial atual e o índice acumulado na série histórica. O Senhor Fernando Valente Pimentel acredita que isso se deve ao processo de desindustrialização; esclareceu também que, em 2014, a previsão é de que, no setor, o déficit seja de US\$ 5,8 bilhões, sendo que o último superávit ocorreu em 2005. Após questionamento do Senhor Deputado Carlos Bezerra Jr., o Senhor Fernando Valente Pimentel esclareceu que o motivo da substituição do produto nacional pelo importado é a perda da competitividade dos preços. Foi discutida também a importância de uma reforma tributária, da criação de um "selo" capaz de coibir o uso de mão-de-obra análoga ao do escravo e de sanções a empresas flagradas em uso de tal mão-de-obra pela ABIT. A Senhora Maria Susicleia Assis leu o termo de embasamento legal e forneceu detalhes sobre seu histórico profissional. O Senhor Deputado Carlos Bezerra Jr. informou que houve uma queda nas últimas décadas no número de costureiras no Estado de São Paulo e questionou qual o balanço do sindicato do número de costureiras devidamente registradas e sindicalizadas nos últimos anos. A Senhora Maria Susicleia Assis esclareceu que a perda ocorreu devido à não formalização dos trabalhadores e à terceirização da mão-de-obra de forma irregular, o que ocorreu em virtude da forma de produção das empresas. Segundo a Senhora Maria Susicleia Assis, a questão da terceirização irregular dos serviços acaba barateando a mão-de-obra e dificultando as negociações salariais. Com relação às denúncias de utilização de trabalho análogo ao de escravo, o sindicato as recebe, principalmente de estrangeiros, porém, como não há poder de atuação pelo sindicato, elas são encaminhadas ao Ministério do Trabalho, seguindo-se formalização das denúncias com fiscalização das oficinas. A Senhora Maria Susicleia Assis informou também que já foi flagrada a presença de haitianos em oficinas irregulares. O Senhor José Luis da Silva Cunha leu o termo de embasamento legal e forneceu detalhes sobre seu histórico profissional. Em sua fala, dentre outros aspectos, o Senhor José Luis da Silva Cunha descreveu o funcionamento do selo de certificação da ABVTEX e apresentou dados sobre a indústria têxtil e de vestuário. Por fim, o Senhor Deputado Marco Aurélio sugeriu que fosse proposta na ocasião do relatório final a criação de vantagens competitivas para empresas qualificadas por meio de um projeto de lei ou indicação. Foi sugerido também, ao fim da CPI, o envio de uma moção de repúdio contra o avanço da PEC que retira a responsabilidade de terceirizados. Após as considerações finais e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia, e a correspondente transcrição, tão logo concluída, integrará esta ata, para todos os fins regimentais, sendo lavrada por mim, Roberto Takeo Osato Kondo, Analista Legislativo, que a assino após o Senhor Presidente. Aprovada em reunião de 22 de outubro de 2014 .

- a) Deputado Carlos Bezerra Júnior - Presidente
- a) Roberto Takeo Osato Kondo - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE APURAR A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO EM ATIVIDADES ECONÔMICAS DE CARÁTER URBANO E RURAL, NO ÂMBITO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO Nº 15, DE 2014, COM A FINALIDADE DE APURAR A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO EM ATIVIDADES ECONÔMICAS DE CARÁTER URBANO E RURAL, NO ÂMBITO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e quatorze, às quatorze horas, no Plenário Tiradentes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Nona Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) constituída pelo Ato nº 15, de 2014, com a finalidade de apurar a exploração do trabalho análogo ao de escravo em atividades econômicas de caráter urbano e rural, no âmbito do Estado de São Paulo, convocada nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno. Presentes os Senhores Deputados Hélio Nishimoto, Chico Sardelli, Marco Aurélio, Adilson Rossi e Carlos Bezerra Jr. e a Senhora Deputada Leci Brandão, Relatora da CPI. A reunião foi convocada com a finalidade de: apresentar, discutir e votar o Relatório Final dos trabalhos da CPI, formulado pela Senhora Deputada Leci Brandão. Solicitada a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, foi, a mesma acolhida, sendo a ata aprovada. A seguir o Deputado Carlos Bezerra Jr, Solicitou a suspensão dos trabalhos, por dois minutos. No tempo aprazado foram retomados os trabalhos com o mesmo quórum, sendo indicado à Relatora que fosse lida somente as conclusões. A Deputada Leci Brandão, antes de iniciar a leitura, agradeceu novamente a escolha de seu nome para a Relatoria, bem como a dedicação de assessoria do seu gabinete e dos demais funcionários da Casa, para os quais solicitou uma salva de palmas. A seguir, a Relatora destacou que dois setores foram priorizados com a finalidade de serem investigados, o setor têxtil e o da construção civil e salientou que no decorrer dos trabalhos ocorreram intercorrências, tais como o recesso parlamentar acompanhado do período eleitoral, que culminaram por impedir as investigações do setor da construção civil, tendo sido concluídos os trabalhos do setor têxtil. Dessa forma foi proposta a abertura de nova CPI para investigar os assuntos que não foram abordados Foram propostas Indicações, dentre as endereçadas ao Governo Estadual, está a que solicita o Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Análogo ao Escravo e maiores investimentos na 1º Delegacia de Polícia. Para os Órgãos Federais, foi sugerido controle sobre o trânsito de crianças e adolescentes nas fronteiras, além de nova fiscalização nas empresas flagradas com mão de obra escrava na sua linha de produção, incluindo aquelas que firmaram Termo de Ajustamento de Conduta. Foi proposto Projeto de Lei visando a criação do " Fundo de Amparo ao Trabalhador Vítima de Trabalho Escravo," no âmbito do Estado de São Paulo, com o objetivo de providenciar recursos para a inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho, para a formação de cooperativas, sugerida, também criação de incentivos tributários, e foi solicitado às empresas do setor têxtil que comprovem idoneidade em toda sua cadeia produtiva. Foram propostos envio de ofícios de agradecimento aos convidados que colaboraram com os trabalhos da CPI, entre procuradores, juizes, desembargadores,,auditores, defensores públicos, funcionários públicos, o cônsul do Peru, além do padre Roque Patussi, do Centro do Apoio ao Migrante da Pastoral da Terra e Leonardo Sakamaoto, representante da Comissão Nacional da Erradicação do Trabalho Escravo e Coordenador da ONG Repórter Brasil, bem como da Professora Tania Laky de Sousa, da PUC.. O Deputado Marco Aurélio solicitou que fosse incluído no campo de moções, Moção endereçada ao Congresso Nacional, Câmara dos Deputados Federais e ao Senado Federal ,ao Presidente da Câmara Federal e ao Presidente do Senado Federal, no sentido de aprovar legislação que permita o voto do imigrante

devidamente regularizado no Brasil, o que foi acolhido. A seguir foi colocado o relatório em discussão e votação. Aprovado por unanimidade. Após as considerações finais e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, suspendeu os trabalhos para a lavratura da presente ata e sua aprovação e deu por encerrados os trabalhos da CPI bem como a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia, e a correspondente transcrição, tão logo concluída, integrará esta ata, para todos os fins regimentais, sendo lavrada por mim, Leda Roxana Valverde Barbato Analista Legislativo, que a assino após o Senhor Presidente. Aprovada em reunião de 22 de outubro de 2014 .

- a) Deputado Carlos Bezerra Júnior - Presidente
- a) Leda Roxana Valverde Barbato - Secretária

Debates

9 DE ABRIL DE 2015

17ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e FERNANDO CAPEZ
Secretário: WELSON GASPARINI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão. Dá conhecimento de missa de sétimo dia de Thomaz Alckmin, filho do governador de São Paulo, vítima de acidente de helicóptero. Faz narrativa da biografia de Thomaz. Deseja ao governador, bem como a seus familiares, votos de pesar, em nome deste Parlamento. Anuncia o aniversário dos municípios de Conchal, Cubatão, Itariri, Mogi Guaçu, Pedro de Toledo e Pirapozinho, a quem cumprimenta.

2 - WELSON GASPARINI

Enaltece a gestão de Geraldo Alckmin pela liberação de recursos para a construção de um museu da agricultura em Ribeirão Preto. Elogia a formação de comissão de licitação, específica para esta obra. Destaca a importância do projeto para o setor. Cobra a transformação do Aeroporto de Ribeirão Preto em aeroporto internacional de cargas e de passageiros. Pede pela criação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Lê carta enviada pelo Sindicato Rural, que denuncia incêndios criminosos em canaviais.

3 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Convoca para uma sessão solene a realizar-se no dia 22/05/15, às 10 horas, para "prestar homenagem à Cieab - Confederação das Igrejas Evangélicas Apostólicas do Brasil", a pedido do deputado Carlos Cezar.

4 - MARCOS DAMASIO

Fala sobre a criação da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento do Distrito Industrial de Taboão da Serra. Discorre sobre o histórico da região, elencando empresas de grande porte ali localizadas. Avalia que este é o maior distrito industrial da Região Metropolitana de São Paulo. Cita necessidades da região, entre elas, melhorias em infraestrutura e em pavimentação.

5 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Convoca para uma sessão solene a realizar-se no dia 29/05/15, às 10 horas, "para homenagear os Consegs - Conselhos Comunitários de Segurança", a pedido do deputado Coronel Camilo.

6 - DELEGADO OLIM

Dá conhecimento de demanda apresentada por delegados. Comenta providências tomadas sobre o assunto. Agradece ao Sr. José Roberto de Moraes, diretor-presidente da SPPrev, pela agilidade em responder a ofício encaminhado por este parlamentar. Comenta tentativa de roubo, que culminou com o estupro de uma jovem em cabine de estação de metrô de São Paulo. Parabeniza a atuação de policiais envolvidos na prisão dos suspeitos.

7 - CARLOS GIANNAZI

Manifesta apoio à greve de professores da rede estadual de ensino. Comenta a votação do PL 4330 que, a seu ver, precariza as relações de trabalho terceirizado no Brasil. Discorre sobre as possíveis consequências da aprovação da matéria, agora pelo Senado. Tece críticas a políticos e partidos que se posicionaram favoráveis à propositura. Destaca que, em 10 anos, o país terá 75% dos trabalhadores atuando em regime de terceirização. Apela à população que se mobilize contra a aprovação do projeto.

8 - CORONEL TELHADADA

Tece elogios a policiais militares e do Corpo de Bombeiros que, há oito dias, trabalham no combate a incêndio de grande porte no litoral paulista. Diz que o acidente serve de alerta para a necessidade de se ter uma polícia treinada para este tipo de evento. Discorre sobre a atuação da Polícia Militar na cidade de São Paulo. Reconhece os erros da corporação, embora a luta, adita, seja constante pela perfeição. Afirma que a missão dos parlamentares desta Casa, representantes da categoria, é a de promover uma reflexão sobre a realidade das polícias, na busca de melhores resultados. Cita caso de homicídio em São Paulo. Afirma as dificuldades enfrentadas pelos policiais envolvidos na ocorrência.

9 - ORLANDO BOLÇONE

Tece comentários sobre a Associação São Francisco de Assis da Providência de Deus, que completa 30 anos. Diz que, aos domingos, a instituição tem promovido evento na cidade de Jaci, com a participação de cerca de 50 mil pessoas. Discorre sobre o histórico da entidade, que atua no tratamento de dependentes químicos. Acrescenta que a associação dirige dezesseis hospitais e dois centros de triagens para assistir dependentes de álcool e de drogas. Destaca que 2.500 crianças são vacinadas por ano, pela Associação São Francisco. Elogia a gestão da entidade.

10 - CORONEL CAMILO

Faz reflexão sobre a redução da maioridade penal. Discorre sobre a atuação da Polícia Militar no estado de São Paulo, a quem tece elogios. Cita os princípios da PM que, de acordo com o parlamentar, dispõe de um plano de policiamento inteligente. Afirma que a polícia faz 120 mil prisões em flagrante delito por ano. Explica que aproximadamente 45 mil destes adultos apreendidos são menores de idade. Pede o apoio da população pela aprovação de projeto que trata da maioridade penal. Defende a punição de criminosos.

11 - CAIO FRANÇA

Informa a redução das chamas em incêndio na cidade de Santos. Ressalta a participação do Corpo de Bombeiros no combate ao fogo. Pede por mais policiamento para a Baixada Santista, principalmente em feriados prolongados. Sugere que o modelo da "Operação Verão" seja estendido para todo o restante do ano.

GRANDE EXPEDIENTE

12 - ORLANDO BOLÇONE

Para comunicação, anuncia a criação da Companhia de Ações Especiais da Polícia - Caep, em São José do Rio Preto. Adiciona que o grupo se propõe a fazer patrulhamento de rua, atuando de forma ostensiva e preventiva com o objetivo de garantir proteção à população. Parabeniza o Governo do Estado pela iniciativa.

13 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Elogia a formação da Companhia de Ações Especiais da Polícia, em São José do Rio Preto. Discorre sobre a importância da Segurança Pública preventiva.

14 - CARLOS GIANNAZI

Pelo Art. 82, denuncia a degradação da estrutura física da Escola Estadual Eusébio de Paula Marcondes, em São Paulo. Comenta que a morosidade na reforma da escola afeta negativamente seus alunos e funcionários. Exibe fotos do local. Exige providências por parte da Secretaria da Educação e da FDE sobre o assunto. Avalia que a greve dos professores estaduais deve-se, em parte, ao sucateamento escolar.

15 - CARLOS GIANNAZI

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

16 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h42min.

17 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência e reabre a sessão as 16h36min.

18 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, saúda os servidores da Fundação Casa. Afirma que os mesmos estão denunciando assédio moral, perseguição política, falta de segurança e desrespeito a legislação já aprovada. Informa que a licença maternidade de seis meses ainda não foi aplicada na fundação. Menciona os salários defasados dos servidores. Ressalta que a categoria está preparada para uma paralização. Crítica o governo estadual pela falta de investimento nos servidores estaduais. Manifesta seu apoio aos funcionários da Fundação Casa. Solicita mudança na diretoria da fundação.

19 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

20 - BETH SAHÃO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

21 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido. Suspende a sessão, por conveniência da ordem às 16h44min; reabrindo-a às 16h51min. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 10/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convindo o Sr. Deputado Welson Gasparini para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - WELSON GASPARINI - PSDB - Procedê à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - A missa de 7º dia de Thomaz Alckmin foi celebrada ontem na igreja Nossa Senhora do Brasil, na zona oeste de São Paulo. Thomaz completaria 32 anos na segunda-feira. Ele foi uma das cinco vítimas da queda da aeronave em Carapicuíba, na Grande São Paulo.

O filho caçula do governador trabalhava como piloto e acompanhava um voo de teste após a manutenção da aeronave na tarde de quinta-feira. Era casado desde 2011 com a arquiteta Tais Fantato e deixa duas filhas, Isabella Trombelli Alckmin, de dez anos, do relacionamento com Fabíola Trombelli, e Júlia, recém-nascida, com aproximadamente um mês, do casamento com Tais. Além de Thomaz, faleceram nesse acidente o piloto Carlos Haroldo Isquerdo Gonçalves, os mecânicos Paulo Henrique Moraes e Erick Martinho, e Leandro Souza.

Esta Presidência, em nome de todos os deputados, manifesta o nosso pesar ao governador, à sua família e a todos que o estimam. Todos nós ficamos constrangidos, mas temos a certeza absoluta de que as vítimas estão com o nosso Senhor. Receba os nossos sinceros votos de pesar e as nossas condolências.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini.

Esta Presidência gostaria de parabenizar as cidades de Conchal, Cubatão, Itariri, Mogi das Cruzes, Pedro de Toledo e Pirapozinho, que aniversariam hoje. Desejamos sucesso, desenvolvimento e qualidade de vida a todos os seus municípes.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp; funcionários e funcionários desta Casa.

Eu gostaria de registrar mais uma grande conquista para a minha cidade de Ribeirão Preto junto ao governo de São Paulo, demonstrando como o governador Geraldo Alckmin faz para ter o seu nome perpetuado na história do desenvolvimento econômico, social e cultural daquela cidade pelas grandes obras lá realizadas; ele acaba de liberar 16 milhões e 800 mil reais para a construção do Museu da Agricultura em Ribeirão Preto. A construção já era para sido iniciada mas, infelizmente, houve problemas burocráticos com a licitação já feita e só agora será possível uma nova licitação. Segundo promessa do secretário de agricultura, Arnaldo Jardim, no final desta semana, os jornais publicarão nova licitação para a construção do Museu da Agricultura em Ribeirão Preto.

Essa informação é de grande significado porque esta providência vem junto com a formação de uma comissão de licitação específica para esta obra a ser iniciada ainda neste primeiro semestre; o edital, como todos os ajustes solicitados, está sendo providenciado.

O Museu da Agricultura em Ribeirão Preto, nos seus quatro mil metros quadrados de construção, será interativo; abrigará exposições e contará com um acervo composto por máquinas, implementos e equipamentos, além de material histórico em uma parceria com a secretaria da Cultura. Portanto, mais uma grande obra para Ribeirão Preto.

Eu falo das conquistas e gostaria de lembrar: a maior obra rodoviária em termos de viadutos foi a realizada pelo governador Geraldo Alckmin em Ribeirão Preto com a construção, de uma só vez, de dez viadutos.A autorização para a construção da Fatec - Faculdade de Tecnologia de Ribeirão Preto - resultou numa obra já praticamente pronta. Dentro de alguns meses essa Fatec será entregue e nós teremos essa faculdade funcionando com grande significado para Ribeirão Preto e toda a região.